

Servidores da Cultura cobram providências do Iphan e do Ministério da Cultura

Os servidores da Cultura reforçaram a necessidade de diálogo, respeito e condições dignas de trabalho durante a Assembleia Nacional da categoria, realizada na última quinta-feira, 10 de setembro. Entre as principais deliberações está a solicitação de reuniões com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério da Cultura (MinC) para tratar das denúncias encaminhadas ao Ministério Público Federal (MPF) envolvendo condições de trabalho e situações de assédio em unidades da Cultura em diversos estados, entre eles Maranhão, Goiás, Pará, Piauí, Paraíba, Ceará, Bahia, Amazonas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e o Distrito Federal.

Para os trabalhadores, é fundamental que as denúncias sejam tratadas com seriedade, transparência e celeridade pelos órgãos responsáveis. A categoria reivindica a abertura de canais efetivos de diálogo e a adoção de medidas concretas para garantir um ambiente de trabalho saudável, seguro e livre de qualquer forma de assédio ou perseguição.

Outro ponto de preocupação dos servidores é a relação do Ministério da Cultura com suas entidades representativas. A categoria cobra mais diálogo com o MinC e a retomada de uma Mesa Setorial capaz de discutir, de forma permanente, as demandas dos trabalhadores e os problemas estruturais que afetam o funcionamento dos órgãos da Cultura.

Entre as reivindicações está também a regulamentação do PEC Cultura, medida considerada importante para a valorização e o fortalecimento da carreira dos servi-



dores. A categoria defende que a regulamentação avance de maneira transparente e com participação dos trabalhadores, garantindo critérios justos para o desenvolvimento funcional e o reconhecimento da importância dos profissionais responsáveis pela execução das políticas públicas de cultura no país.

A compensação da greve também esteve entre os temas debatidos na Assembleia Nacional. Os servidores defendem que qualquer processo de compensação considere a realidade dos trabalhadores e seja construído por meio do diálogo com as entidades sindicais, evitando medidas unilaterais que possam penalizar aqueles que participaram legitimamente do movimento em defesa de seus direitos.

Para o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Lima Martins, a mobilização local e nacional são fundamentais para que as reivindicações dos servidores sejam efetivamente ouvidas.

“Os servidores da Cultura têm contribuído diariamente para a preservação do patrimônio, para a valorização da cultura brasileira e para o fortalecimento das políticas públicas. Não podemos aceitar que

esses trabalhadores sejam submetidos a condições inadequadas de trabalho ou a situações de assédio. É preciso que o Ministério da Cultura e o Iphan estabeleçam um diálogo sério com a categoria e apresentem respostas concretas às denúncias e às reivindicações dos servidores”, afirmou.

João Carlos também destacou a importância da unidade dos trabalhadores para avançar nas pautas da categoria. “A luta pela regulamentação do PEC Cultura, pela progressão funcional, pela correta compensação da greve e por melhores condições de trabalho é uma luta coletiva. O movimento sindical continuará organizado e mobilizado para garantir que os direitos dos servidores sejam respeitados”, ressaltou.

A Assembleia Nacional reafirmou, portanto, a disposição da categoria de seguir mobilizada e fortalecer a organização sindical em âmbito nacional. A defesa de melhores condições de trabalho, valorização profissional e respeito aos servidores é também uma defesa do serviço público e de uma política cultural comprometida com a sociedade brasileira.

Fim da escala 6x1: saiba o que já foi aprovado e o que falta para virar realidade

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019 foi aprovada em 2 de setembro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e está pronta para ser analisada pelo Plenário. Para entrar em vigor, a proposta que acaba com o fim da escala 6x1 ainda precisa ser aprovada em dois turnos pelos senadores e senadoras, com o quórum previsto na Constituição. A CUT, as demais centrais sindicais, movimentos sociais e populares pressionam, por meio de mobilizações nas ruas e nas redes sociais, pela votação da proposta antes das eleições.

A redução da jornada de trabalho também conta com o apoio da maioria da população. Segundo pesquisa Datafolha, mais de 70% dos brasileiros são favoráveis à redução da jornada sem redução salarial.

Com a PEC em tramitação no Senado, é necessário entender o que já foi aprovado, o que ainda falta e quais mudanças estão previstas no texto.

O que é a escala 6x1?

A escala 6x1 é o regime em que o trabalhador trabalha por seis dias e tem um dia de descanso. É utilizada em setores como comércio, serviços, alimentação, hotelaria, transporte e outras atividades que funcionam durante toda a semana.

Atualmente, a Constituição Federal estabelece jornada normal de até 44 horas semanais e garante o repouso semanal remunerado. A distribuição dessas horas pode resultar em seis dias de trabalho e um dia de folga.

A proposta em tramitação prevê a redução da jornada máxima para 40 horas semanais, sem redução salarial.

Qual proposta está em discussão?

A PEC 221/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-

MG), é a principal proposta em discussão sobre o tema. A ela foi apensada a PEC 8/2025, da deputada Erika Hilton (PSOL-SP).

Em 22 de abril de 2026, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da proposta.

Na sequência, a matéria foi analisada por uma comissão especial. O colegiado aprovou, por 34 votos a 4, o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Léo Prates (Republicanos-BA), reunindo em um único texto as propostas das PECs 221/2019 e 8/2025.

O texto aprovado estabelece jornada máxima de 40 horas semanais, em vez das 36 horas previstas originalmente nas propostas.

Câmara aprovou em dois turnos

Em 27 de maio de 2026, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o substitutivo em dois turnos.

No primeiro turno, foram 472 votos favoráveis e 22 contrários. No segundo, 461 votos a favor e 19 contra. Para a aprovação de uma PEC, são necessários pelo menos 308 votos, equivalentes a três quintos dos 513 deputados. Em 28 de maio, a proposta foi encaminhada ao Senado Federal.

O que aconteceu no Senado?

Após cerca de três meses de tramitação no Senado, a PEC 221/2019 foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 2 de setembro, nos mesmos termos do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados.

Com a aprovação na comissão, a proposta está pronta para ser votada pelo Plenário do Senado.

O que falta para a PEC ser aprovada?

A próxima etapa é a votação no Plenário do Senado Federal. Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição, o texto precisa ser votado em dois turnos. Em cada turno, são

necessários pelo menos 49 votos favoráveis, o equivalente a três quintos dos 81 senadores.

Se o Senado aprovar o texto sem alterações, a PEC seguirá para promulgação pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado, sem necessidade de sanção presidencial.

Se houver mudanças no texto, a proposta deverá retornar à Câmara dos Deputados para nova análise.

O que pode mudar?

O texto atualmente em tramitação estabelece jornada máxima de 40 horas semanais, quatro horas a menos do que o limite constitucional atual de 44 horas, sem redução salarial.

A mudança também deverá alterar a organização das jornadas de trabalho. A forma como a redução será aplicada dependerá das regras previstas na própria emenda e de sua regulamentação, quando necessária.

A redução da jornada é uma reivindicação histórica do movimento sindical. A Constituição de 1988 reduziu o limite máximo semanal de 48 para 44 horas.

Onde a proposta está agora?

A PEC 221/2019 já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pela CCJ do Senado. O próximo passo é a votação no Plenário do Senado, em dois turnos.

Até que todas as etapas sejam concluídas e a emenda seja promulgada, continuam valendo as regras atuais sobre jornada de trabalho.

Como pressionar os senadores?

Além da mobilização de rua, trabalhadores e trabalhadoras poderão atuar pelo celular, tablet ou computador. Usando a plataforma da CUT, **Na Pressão**, a população pode enviar um recado para os senadores. Clique [AQUI](#).

Fonte: www.cut.org.br/noticias